



SEÇÃO: PESQUISA SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZACIONAIS

O caso Sheila: uma vida permeada pela ausência de políticas públicas educacionais e de qualificação profissional para mulheres trans

The Sheila case: a life permeated by the absence of public educational policies and professional qualifications for trans women

Jacson Caprini de
Oliveira¹

orcid.org/0000-0002-2676-8371
jicaprini@yahoo.com.br

Recebido em: 24 abr. 2024.

Aprovado em: 21 ago. 2024.

Publicado em: 05 nov. 2024.

Resumo: A questão central deste estudo é a empregabilidade de pessoas trans, em especial a feminina. É importante mencionar que este artigo é uma reflexão de parte da tese que está sendo desenvolvida pelo autor no Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Ciência Política da PUCRS, objetivando investigar o tema mencionado. Assim, busca-se responder à questão sobre como as mulheres trans vivenciam o mercado de trabalho utilizando a história de vida de Sheila como uma possível fonte de dados e resposta a essa indagação. As narrativas biográficas são utilizadas como aporte metodológico para fazer essa incursão no mundo trans. Os resultados apontam para o fato de Sheila ter assumido o papel de cuidadora dos irmãos ainda na infância, mantendo essa prática nas outras fases. Quando tem a chance de se profissionalizar, ela passa a assumir, também no mercado de trabalho, postos voltados ao cuidado. Além disso, nota-se, a partir de sua história de vida, uma forte conexão com o tema de políticas públicas, em especial, sua ausência.

Palavras-chave: Empregabilidade. Transgeneridade. Políticas públicas.

Abstract: The central issue of this study is the transgender employability, especially the feminine. It is important to mention that this article is a reflection on part of the thesis that is being developed by me in the Graduate Program in Sociology and Political Science at PUCRS, aiming to investigate the aforementioned theme. Like this, I will seek to answer the question about how trans women experience the job market using Sheila's life story as a possible data source and answer to this question. I use biographical narratives as a methodological contribution to make this initial foray into the trans world. The results point to the fact that Sheila assumed the role of caregiver for her siblings in childhood, maintaining this practice in other phases. When she has the chance to become a professional, she also starts to assume positions focused on care in the job market. In addition, it is noted, from his life history, a strong connection with the theme of public policies, especially his absence.

Keywords: Employability. Transgender. Public policies

1 Introdução

Este estudo tem como objetivo trazer ao leitor experiências de pessoas trans no mercado de trabalho com o intuito de, mediante depoimentos, compreender como cada um desses sujeitos obtém seu lugar no mercado de trabalho, bem como os possíveis entraves que enfrentam, em que momentos estes ocorrem e quais as estratégias utilizadas para sua sobrevivência socioeconômica. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa é: Como as mulheres trans vivenciam o mercado de trabalho?



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Analisando um exemplo, que será chamado de caso Sheila, procura-se responder, com o máximo de aproximação, ao questionamento inicial da tese de doutorado que está ainda em desenvolvimento. Foi necessário traçar estudos empíricos e bibliográficos com o público transgênero no sentido de compreender suas trajetórias na busca por colocação no mundo do trabalho, bem como vislumbrar soluções factíveis para a sua dificuldade de inserção.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, foi utilizada a metodologia das Narrativas Biográficas, termo esse cunhado por Santos (2009). No contexto desta abordagem metodológica, houve a oportunidade de entrevistar sujeitos transgêneros que estão enfrentando a questão da inserção no mercado de trabalho e analisar profundamente esse material com o objetivo de conhecer tanto o sujeito quanto sua história de vida.

Inicialmente, cabe trazer à tona a questão de lidar especificamente com mulheres trans e suas experiências dentro do mercado de trabalho. Nesse sentido, tem-se como foco analisar as trajetórias destes sujeitos e identificar como esses corpos acessam espaços de trabalho e, com isso, sentirem-se participantes do meio, além de buscarem sua sobrevivência socioeconômica, bem como de outras pessoas que possam estar sob seus cuidados. Neste artigo, é abordada a reconstrução biográfica apenas de um caso, a partir do qual procura responder, preliminarmente, à pergunta de pesquisa.

Em termos de desenvolvimento do artigo, entende-se ser mais adequado dividi-lo em quatro seções, que serão apresentadas sucintamente. Assim, a primeira seção trará uma visão panorâmica sobre quem são os sujeitos a serem investigados, bem como suas vivências no mercado de trabalho. Nesse ponto, também se discorre sobre a oferta de políticas públicas a mulheres trans.

Na segunda seção, serão trazidos mais detalhes sobre a metodologia utilizada e seus fundamentos. Assim, apresenta-se os principais autores que desenvolveram a metodologia, mencionando, de forma breve, as suas contribuições. Além disso, é trazido o desmembramento da metodologia em seus vários passos, conforme ela deverá ser operada em termos práticos.

Na terceira seção, a história de vida de Sheila será apresentada especificamente, com o intuito de resolver o problema de pesquisa com o máximo de aproximação, trazendo os detalhes dessa trajetória que visa conhecer o sujeito, suas linhas de ação e a hipótese estrutural de sua vida.

Na última seção, será exposta de forma detalhada a discussão dos resultados encontrados, bem como a elaboração de suas implicações para o desenvolvimento de políticas públicas específicas para mulheres trans. Nessa parte, então, procurar-se-á responder à pergunta de pesquisa por meio da análise de uma história de vida frente às situações vivenciadas pela entrevistada.

2 Conceitos e considerações iniciais

Adentrando a questão de gênero, busca-se agora uma especificidade para a questão dos transgêneros e a forma como esses sujeitos estão em relação aos campos de trabalho. Primeiramente, faz-se necessário esclarecer o que é transgênero². Para compreender o termo, inicialmente, é preciso considerar que todo ser humano, ao nascer, terá o que é denominado "gênero de nascença". No caso das pessoas que se identificam com esse gênero de nascença, é chamado de cisgênero. Porém, em algumas situações, não se verifica essa identificação, então, nesse caso, o indivíduo que nasceu com as genitálias do sexo masculino, por exemplo, não irá se identificar com o gênero masculino, e sim com o feminino, recebendo, assim, a denominação de transgênero.

Em termos de alteridades, será verificada a situação dos transgêneros buscando espaço na

² Saliente-se que o termo transgênero será utilizado nesta pesquisa para indicar uma diferença de identidade e percepção de si em relação ao gênero de nascença.

esfera trabalhista e lutando por reconhecimento. É importante acentuar que a visibilidade trans³ é algo muito recente em termos históricos, muito embora haja registros de homossexuais em tempos remotos. De qualquer forma, cabe ressaltar que nem todo transgênero é homossexual e vice-versa⁴.

Avançando para o campo trabalhista, é possível perceber que, em termos de eliminação das alteridades pelo empregador, há três momentos distintos. Primeiramente o pré-contratual, em que são elaboradas determinadas questões no contexto de entrevista que forcem o indivíduo a revelar sua orientação sexual. Na sequência, durante o período contratual, expondo a pessoa às ridicularizações⁵ e a situações vexatórias por seu diferencial e, finalmente, no período pós-contratual, quando o empregador entra em contato com outros proprietários de empresas, enviando más referências do funcionário que dispensou por simples preconceito.

Para ilustrar a situação relatada acima, tem-se o trabalho desenvolvido no Reino Unido por Hines e Sanger (2010), em que se obteve como resultado parcial o traçado do perfil do transgênero que está buscando um espaço no mercado de trabalho. O estudo demonstra que, não raramente, os sujeitos transgêneros sofrem *bullying* de diversas formas e em momentos variados, tanto do empregador quanto dos colegas de trabalho, além dos clientes que são atendidos nos mais diversos estabelecimentos em que aqueles prestam serviços ou mesmo na venda de mercadorias.

Em outro viés, observam-se algumas mudanças de aspecto positivo (e otimista) no que tange à colocação do transgênero no mercado de trabalho. Assim, o projeto Transcidadania, com destaque na área de São Paulo, buscou imprimir uma maior visibilidade para a comunidade LGBT. Em complemento, surgiu o Transempregos,

que iniciou em 2014 com apenas 12 empresas filiadas, mas que hoje conta com mais de 2.559 empresas parceiras.

Dando prosseguimento, registra-se o que se compreende atualmente por políticas públicas. Nesse sentido, tem-se primeiramente um conceito sobre o assunto firmado pelo Tribunal de Contas da União (2021, 8) em que:

olíticas públicas podem ser definidas como o conjunto de diretrizes e intervenções emanadas do Estado, feitas por pessoas físicas e jurídicas, públicas e/ou privadas, com o objetivo de tratar problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos.

Como se percebe, o primeiro movimento é do Estado, todavia, sempre em colaboração com outras instituições. Por isso, é importante ter bem claro esses primeiros pontos, pois fica evidente que, em muitas situações, e de um modo ideal, é necessária a colaboração de outros entes além do Estado propriamente dito. Nesse sentido, Mello, Avela e Maroja (2012) irão mencionar que a sociedade civil pode executar políticas públicas, principalmente considerando a possibilidade desta propor ações.

Como exemplos de ações afirmativas e proposições de políticas públicas, principalmente em largo âmbito, tem-se registros em retomada histórica desde os idos de 1999, quando houve a implantação do Programa Nacional de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (PNIST/AIDS), passando pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em 2004, bem como pelas três Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (respectivamente em 2008, 2011 e 2016) com registros de temas diversos e sempre com o propósito de proteger os direitos humanos e a cidadania dessa população.

³ Visando manter uma sintonia no desenvolvimento da pesquisa, serão usados os termos "trans", transgênero e transexualidade com o mesmo significado (sempre relacionando à transgeneridade).

⁴ Conceitualmente, enquanto a homossexualidade é vista como orientação sexual, a transexualidade é uma construção cultural que denota, nesse caso, como a pessoa se enxerga e como quer ser vista pela sociedade (Butler 2018).

⁵ Em se manifestando na forma de bullying contra os trabalhadores, há que se ter em mente a Lei 13.185, de 2015 (Presidência da República 2015), a qual visa à proteção desses sujeitos.

3 Sobre a metodologia utilizada

Para desenvolver este estudo, optou-se pela metodologia das Narrativas Biográficas (Santos 2009). De forma sucinta, essa metodologia, que é composta por dois métodos – as entrevistas narrativas, desenvolvidas por Schütze (1977, 1983) e o método de reconstrução biográfica de caso, trazido por Rosenthal (2014) – investiga fenômenos sociais com base em histórias de vida.

Essa metodologia foi desenvolvida a partir da década de 1970, na Alemanha, com destaque para as universidades de Bielefeld e Göttingen, pelos sociólogos Fritz Schütze e Gabriele Rosenthal (Rosenthal 2014). Outro autor de grande influência foi Alfred Schütz (1899-1959), que teve sua obra original publicada em alemão e traduzida para o português recentemente pelo filósofo e sociólogo Tomas da Costa. Sob o título original *Strukturen der Lebenswelt*, Estruturas do Mundo da Vida (Schütz e Luckmann 2023), a obra tem o objetivo de viabilizar aos leitores a familiarização com questões envolvendo as relações intersubjetivas do mundo social. De acordo com Schütz e Luckmann (2023), a análise sociológica deveria conseguir identificar, conhecer e explicar as experiências intersubjetivas que se formam entre os sujeitos e nos seus entornos (contextos).

Fritz Schütze (1977) foi quem desenvolveu o método de entrevistas narrativas biográficas. Em uma longa entrevista concedida à Michaela Köttig e à Bettina Völter, em 2014, publicada na íntegra, ele discorre sobre como surgiu esse método inicialmente e como ele foi sendo adaptado para o uso acadêmico, além de explicar a forma como se tornou amplamente utilizado nos últimos anos.

Em termos práticos, o método remete às várias etapas em que se faz um levantamento minucioso de dados acerca da vida do indivíduo a fim de responder a uma pergunta de pesquisa. Assim, passa-se por, pelo menos, quatro passos essenciais (podendo chegar a cinco), até cumprir

com a análise em sua totalidade (Rosenthal 2014).

De forma objetiva, o primeiro passo remete à entrevista propriamente dita. Nesse ponto, é solicitado que a pessoa entrevistada traga toda a sua trajetória de vida sem qualquer interferência (princípio da abertura). Somente na segunda fase da entrevista é que então os pontos já trazidos são aprofundados e busca-se afunilar, no sentido de ter o máximo de informações e motivar a produção de narrativas⁶. Em um terceiro momento, serão feitas perguntas acerca dos temas que não foram mencionados (externas), incluindo aqueles de interesse da pesquisa (Rosenthal 2014).

A partir da entrevista inicial, foi extraído o memorial (memo), o qual traduz um relato da ambientação da entrevista, bem como sua trajetória na forma trazida pelo entrevistado, respeitando aqui os aspectos de relevância. A transcrição da entrevista deverá trazer, além da íntegra das falas (falante e ouvinte), os elementos paralinguísticos que podem traduzir algumas emoções, indo assim além do que está sendo verbalizado (Rosenthal 2014).

Concluído esse primeiro passo, inicia-se o processo abduutivo de análise da entrevista, assim como sugerido por Rosenthal (2014), no método de reconstrução biográfica de caso. Esse método divide-se em diferentes passos de análise, a saber: 1) análise dos dados biográficos, 2) análise de texto e do campo temático, 3) reconstrução da vida vivenciada e 4) contraste entre vida narrada e vivenciada⁷ (Rosenthal 2014). A partir da construção cronológica da vida do entrevistado, é analisado, no primeiro passo, os dados biográficos objetivos. Destes, busca-se, de forma isolada ao contexto da entrevista, traçar hipóteses de como o entrevistado poderia ter agido frente a determinadas situações. O seguimento desse passo é delinear o que se comprova ou se refuta conforme avançamos na análise dos dados cronológicos que vem a seguir (Rosenthal 2017).

⁶ As narrativas aqui se referem ao fato de a pessoa entrevistada contar sua história de vida conforme seus sistemas de relevância, isto é, de acordo com o que essa pessoa considera mais importante em sua vida.

⁷ A vida narrada será a que o sujeito nos traz à tona com sua própria organização, o que poderá ter temas evitados, não mobilizados ou mobilizados de forma muito superficial. A vida vivenciada será aquela que busca uma aproximação máxima com o que fora a trajetória de nosso sujeito entrevistado. Aqui teremos uma construção cronológica apurada, além do traçado de hipóteses que descortinem o que foi evitado ou mesmo manifestado de forma breve.

O segundo passo refere-se à análise de texto e do campo temático⁸. O objetivo da análise é chegar à hipótese estrutural que explica a vida narrada, ou seja, a forma como o entrevistado apresenta a si e a sua biografia a partir da perspectiva do que é dito no presente (Rosenthal 2014).

O terceiro passo da análise visa à reconstrução da vida vivenciada da pessoa entrevistada. Aqui se reconstrói a história de vida respeitando os sistemas de relevância trazidos pelo sujeito, traçando, nesse ponto, cada situação experienciada pelo protagonista e registrando o porquê de ele(a) ter tomado determinadas decisões conforme o desenrolar de sua vida. O objetivo da análise é chegar à hipótese estrutural que explica a vida vivenciada, ou seja, a um padrão de ação que pode explicar a trajetória vivida. Com esse passo, e de forma facultativa, pode-se desenvolver a microanálise. Esta compreende a revisão textual, linha a linha, com o objetivo de melhor compreender passagens até então não clarificadas totalmente (Rosenthal 2014).

O quarto passo visa, então, à comparação contrastiva entre os aspectos trazidos na vida vivenciada e o que fora efetivamente narrado. Nesse passo, almeja-se traçar um contraste entre a forma como o sujeito está se apresentando atualmente com a trajetória que tenha possivelmente vivenciado. Este é visto como o passo final da análise em que se busca trazer o que foi apresentado pelo entrevistado(a) de forma, em geral, desagregada, traçando um comparativo entre as experiências de vida em uma organização cronológica e analítica (Rosenthal 2014).

Com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa, usou-se estruturas identificadas na vida narrada e vivenciada a fim de construir um "tipo", ou seja, um tipo de resposta possível ao problema de pesquisa a partir dessa estrutura. Diante do interesse em compreender a forma como mulheres trans vivenciam o mercado de trabalho, a hipótese estrutural da vida vivenciada tornou-se o passo mais importante para este

estudo. Nesse sentido, os resultados fazem referência aos achados desse passo de análise, o qual será apresentado em detalhes na próxima seção.

4 A história de vida de Sheila e o desenvolvimento do papel social de cuidadora na família e no mercado de trabalho

Para compreender como se chegou aos resultados das análises, a história de vida da entrevistada é contextualizada, destacando os eventos e o padrão de ação desenvolvido por ela ao longo de sua trajetória de vida. Na próxima seção, será discutido de que forma a hipótese estrutural da história de vida de Sheila oferece uma possível resposta à pergunta de pesquisa. A partir do tipo desenvolvido, são feitas, por fim, algumas reflexões para o desenvolvimento de políticas públicas para mulheres trans no mercado de trabalho.

Os avós paternos da entrevistada nasceram entre os anos de 1928 e 1935, tendo habitado a região de Tapes, já os avós maternos residiram em Santa Maria e São Sepé. Tanto a família materna quanto a paterna tem origem africana, tendo feito parte, ao que tudo indica, do grupo de negros escravizados.

Os pais de Sheila são originários de Tapes e São Sepé, tendo vivido no campo durante longo período. O nascimento do pai ocorreu em 1947, e o da mãe em 1957. Já em 1980, em plena terceira onda de migração dentro do estado do Rio Grande do Sul (Pereira 2020), observamos que o casal se deslocou do centro do estado para a capital, sendo que esse fato parece indicar que possuíam algum tipo de recurso (financeiro, educacional ou de capital social).

Em 1982, ocorreu o nascimento da entrevistada, batizada como Marcos à época. Ele nasceu na Vila Cruzeiro, periferia de Porto Alegre, sendo que naquele período ainda havia um pouco de segurança, ao contrário do que observamos na atualidade. Todavia, a região apresentava uma grande precariedade em vários sentidos, como

⁸ De acordo com Rosenthal (2014, 237), o campo temático não é simplesmente uma soma aleatória de temas, mas compreende "uma ordenação específica e em relação concreta com o tema".

de infraestrutura e econômico-financeira, além do crescimento exponencial e desordenado no local (Nunes 1998).

Nos dois primeiros anos de sua vida, Marcos foi filho único, tendo gozado, ao que tudo indica, da atenção dos pais, especialmente da mãe, a qual realizava seus cuidados diários. Contudo, essa situação logo se alterou com o nascimento dos demais irmãos, quatro ao todo, de forma que os pais necessitaram buscar mais recursos. Nesse processo, a figura de Marcos começou a ganhar uma nova importância no meio familiar, mudando gradativamente seu papel social de "filho cuidado" para "filho cuidador", como se observa na passagem que segue: "Nós somos em cinco, e eu sou a mais velha. A mais velha dos cinco, dos cinco irmãos. Os meus irmãos são todos maravilhosos. Na verdade, fui eu que criei eles, né, desde pequeno" (2023, 6, l. 27-30).

A partir de 1984, a família teria ampliado-se com o nascimento do segundo filho, fazendo com que o casal sentisse a pressão financeira e psicológica com os cuidados necessários. Dessa forma, ocorreu, então, o nascimento de Márcio (1984) e Priscila (1985), sendo que, assim, Marcos viu-se obrigado a tomar conta dos menores enquanto seus pais saíam de casa para trabalhar.

Nos anos seguintes (1989 a 1995), Marcos frequentou a escola pública, tendo chegado até o 6º ano do Ensino Fundamental, quando sua mãe lhe retirou da instituição, aos 13 anos de idade, em razão de situações de *bullying* envolvendo agressão física, fato esse que podemos observar de modo expresso na seguinte passagem:

Eu estudei até a sexta série, até a sexta série. Tive que sair do colégio porque lá atrás o preconceito era muito grande, muitas vezes eu fui apedrejada dentro do pátio da escola, e a minha mãe vendo aquela situação de eu [chegar] machucado todos os dias, ela me proibiu de ir para o colégio. Ela me proibiu de ir para o colégio, e aí eu não fui mais. Eu parei de estudar (2023, 2, l. 20-24).

As agressões, então, fazem com que a mãe proíba a sua permanência na escola. Quanto a isso, chama a atenção que a família não encontra uma alternativa para a sua manutenção no siste-

ma escolar, sendo assim, aos 13 anos de idade, Marcos deixa a escola e mantém-se recluso ao ambiente familiar. Também se destaca o fato de que os pais não procuraram outra instituição escolar para o filho, ao mesmo tempo em que não há informações de que a própria escola tenha oferecido à família uma maneira de prestar apoio para que ele não deixasse a escola. Outro fato que fica visível é a ausência de políticas afirmativas à época voltadas à proteção de crianças e de adolescentes contra violência de gênero, bem como a inexistência de ações que garantissem a sua presença na escola, assim como aquelas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Assim, após a saída da escola, a religião passa a desempenhar um importante canal de expressão do seu gênero.

No ano de 1995, aos 13 anos de idade, Marcos entra para a Umbanda, sendo então sua primeira experiência de cunho religioso com instituição de matriz africana. Nesse ano, também a mãe de santo do menino teria chamado sua mãe biológica e lhe alertado que ele provavelmente viria a ser homossexual ou uma travesti, ponto esse que a mãe de santo teria visto em uma sessão religiosa.

Dois anos mais tarde, em 1997, Marcos recebeu então uma Pombagira no terreiro religioso, e isso teria lhe afluído a descoberta de sua identidade de gênero como uma menina trans. Embora os pais tenham tido dificuldade de aceitar essa realidade, Marcos não sofreu rejeição dos irmãos, uma vez que já executava o papel de cuidador, como se pode observar de forma clara na seguinte passagem:

Nós somos em cinco, eu sou a mais velha. A mais velha dos cinco, dos cinco irmãos. Os meus irmãos são todos maravilhosos. Na verdade, fui eu que criei eles, né, desde pequeno. Então eu não [sofri] preconceito [dos] irmãos. Eu [sofri do] meu pai no começo (2023, 6, l. 27-30).

Nesse mesmo ano, nossa entrevistada assume-se como Sheila, uma mulher trans, sendo que nesse período ainda se utilizava somente a denominação travesti. Como ainda não havia a possibilidade de ter nome social nesse período,

entendemos que provavelmente ela foi batizada por uma amiga, como era comum entre as décadas de 1970 e 1980 (Freitas e Lourau 2019).

Entre 1997 e 1999, Sheila trabalhou com a venda de artefatos dos jogos da época, fruto de descaminho de mercadorias vindas do Paraguai⁹, e recebia então uma pequena comissão sobre as vendas efetuadas. Isso lhe auxiliou a continuar exercendo o papel feminino de cuidadora e mantenedora do grupo familiar, o que se acentuou no final do período com a separação dos pais.

O ano de 1999 é chave para a trajetória de Sheila. Nesse ano, observa-se a separação dos pais da entrevistada, motivados principalmente pelo alcoolismo do pai e pelo nascimento do último irmão, David, que era portador da Síndrome de Down. Esses fatos parecem ter impulsionado a separação, exigindo de Sheila a assunção do papel de provedora familiar no lugar do pai, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

Aí um belo dia meu pai e a minha mãe brigaram. Minha mãe foi morar na Ponta Grossa, para quem vai para Belém Novo e, ao ver que minha mãe estava muito [sobrecarregada], minha mãe trabalhava de camareira e vendia Avon para nos sustentar. E eu vi que a situação estava ficando muito pobre e, eu queria fazer alguma coisa. Eu tinha 17 anos, aí eu perguntei para uma travesti mais velha como eu poderia fazer para ter uma renda, pra ter um dinheiro, né, para ajudar com a minha família. E ela disse bem assim: ah, o único jeito que tem é tu ir para esquina (2023, 2, l. 24-31).

Nesse momento, Sheila, então aos 17 anos de idade, percebe que necessita ajudar de modo mais intenso sua mãe a sustentar os demais irmãos. Sem educação formal, devido à evasão escolar e à falta de experiência no mercado de trabalho formal, ela procura orientação de como suprir suas necessidades financeiras. Em contato com uma travesti mais velha, Sheila decide trabalhar nas ruas da cidade com atividades sexuais.

A prostituição irá ter um tempo significativo na trajetória de Sheila de aproximadamente duas décadas. Embora seja notório que a violência, por vezes, permeie esse ambiente com os clien-

tes, os policiais ou os cafetões (Silva et al. 2016), nossa entrevistada trouxe poucas passagens a esse respeito.

Nos interins dessas duas décadas, Sheila agregou maior religiosidade à sua vida, entrando então para a Nação (2000) e para a Quimbanda (2001), além da que já havia iniciado ainda muito cedo. Nesses locais, a entrevistada também demonstra ter ampliado sua rede de apoio, dedicando grande parte de seu tempo para prestar atividades de suporte e cuidado às pessoas necessitadas, pois como ela lê as religiões que pratica: "são uma espécie de serviço social".

Em 2002, a entrevistada passou a fazer parte da Igualdade RS, uma Organização Não Governamental (ONG), e teria começado então a operar na frente da saúde, buscando atender aos seus pares em intervenções que tentavam evitar a proliferação e a contaminação por Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), com ênfase na Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Essa experiência na ONG, todavia, ocorreu de modo informal e não exigia da entrevistada qualquer espécie de formação profissional.

No ano de 2008, Sheila obteve também uma grande progressão em termos religiosos, já que ascendeu ao posto de *Yalalorixá*. Conforme podemos observar no relato, ela hoje trabalha como mãe de santo tanto para seus filhos de santo quanto para outros clientes que a procuram, como se observa na seguinte passagem:

E aí, hoje em dia, eu faço parte da matriz africana de Jeje de Exá, porque eu sou filha de Oxum, sou filha de Imanuá, e aí passou mais uns anos, eu me aprontei, virei mãe de santo, ganhei meus axés e desde então eu sigo o caminho com a religião, trabalhando, fazendo serviço, jogando búzios, jogando cartas. (2023, 5, l. 13-16).

Dessa forma, percebe-se que Sheila se utiliza da religião, bem como de sua posição hierárquica dentro dela, para a sobrevivência. Assim, considerando os dados mencionados até aqui, nota-se como a religião e a organização social vinham se apresentando no período como im-

⁹ Esse tipo de transação é visto como crime de acordo com o Código de 1941 (Presidência da República 1941), reeditado em 1990.

portantes espaços de qualificação profissional, possibilitando que Sheila desenvolvesse novos conhecimentos e descobrisse habilidades e uma "vocação" pelo trabalho do cuidado, desenvolvendo novas aspirações profissionais.

No âmbito privado, Sheila mantém-se casada entre os anos de 2015 e 2019, com Jorge, relatando uma experiência permeada pela toxidade do companheiro, que era viciado em drogas e chegava a "roubar seus perfumes" para sustentar o vício. Uma forte hipótese acerca desse período é que o companheiro teria sido extremamente dependente dela, não somente pelo consumo das drogas, mas em sentido financeiro e também emocional.

Sendo assim, vemos aqui a repetição de um padrão de comportamento marcado pela *assunção do papel de cuidadora e provedora, identificando não apenas nas suas relações familiares, junto à família de origem, mas também no mercado de trabalho no que tange à sua vocação para o cuidado*, sendo essa a hipótese estrutural identificada para a sua vida vivenciada.

Em 2022, Sheila teve uma grande discussão com Jorge, quando lhe encontrou no Largo Glênio Peres (Porto Alegre) com outros amigos. Em meio às desavenças, os dois caíram em uma briga corporal, e o ex-companheiro foi agredido com pontapés, culminando com uma facada. Acusada por ele pela agressão, Sheila passou o ano seguinte no presídio de Charqueadas/RS, onde permaneceu em ala mais restrita e pôde também trabalhar como auxiliar-geral (limpeza), além de concluir parte dos estudos por meio do programa ENCCEJA¹⁰. Ao longo de sua trajetória laboral, esta parece ter sido uma das poucas experiências educacionais e de qualificação formais das quais Sheila participou após a evasão escolar em 1995.

Essa experiência no presídio de Charqueadas acabou por contribuir para o afastamento de Sheila das ruas da cidade de Porto Alegre no tocante à sua atuação como profissional do sexo. Em conjunto com esse fato, observa-se que a

saída da entrevistada do presídio coincidiu com o início de um novo relacionamento afetivo, sendo que esse elemento também contribuiu para que ela abandonasse a prostituição, como se pode observar em suas palavras:

Hoje em dia eu não, eu não desço mais para rua porque estou com ele, porque não ia combinar uma relação saudável e eu indo me sujar na rua com outras pessoas. Eu me sentiria muito mal [fazendo isso] com uma pessoa que é tão boa para mim (2023, 3, l. 11-14).

Por fim, em termos profissionais, cabe registrar que Sheila não seguiu trabalhando na área de serviços gerais (limpeza), como havia ocorrido no presídio, mas se firmou como mãe de santo, executando os trabalhos conectados à religião, como ela registra:

E eu tô levando a minha vida como mãe de santo. Uma hora eu tenho uma limpeza para fazer, uma hora tem um axé de saúde para fazer, uma hora eu tenho que cuidar dos meus filhos, uma hora tem as pessoas de idade que gostam de ser tratado na religião, um preto velho, com a umbanda (2023, 3, l. 14-16).

Além disso, percebe-se que Sheila teve a oportunidade de adquirir conhecimentos em diversas ocasiões/instituições ao longo de sua vida, tanto em termos espirituais/religiosos, quando atuou como mãe de santo em diversos espaços dedicados a essas práticas, como no campo de políticas públicas, como foi a experiência junto à ONG Igualdade RS, onde nossa entrevistada teve a oportunidade de atuar como ativista. Embora as instituições religiosas e a ONG não tenham *status* de instituições formais de educação e qualificação, é possível perceber como estas desempenharam um papel importante no desenvolvimento profissional da entrevistada.

5 Discussão dos resultados e das suas implicações para o desenvolvimento de políticas públicas para mulheres trans

Após feitas as reconstruções cronológicas da história de vida de Sheila e a identificação

¹⁰ O Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos é uma prova de certificação do Ensino Médio que se tornou a principal forma de jovens e adultos concluírem seus estudos.

da hipótese estrutural da vida vivenciada, cabe aqui a discussão de um tipo que busque responder à pergunta de pesquisa. No caso analisado, vislumbra-se um padrão de ação marcado pela assunção do papel de cuidadora ainda na infância e de provedora familiar ao longo da juventude na família de origem. No mercado de trabalho, por sua vez, ela passa a assumir e a se identificar com atividades laborais típicas femininas, todas realizadas no mercado de trabalho informal, com destaque para o papel de mãe de santo, mais tarde como profissional do sexo, seguida da sua atuação política na ONG Igualdade RS e, por fim, na área de serviços gerais durante a sua permanência no presídio. Com isso, Sheila tem presente em sua vivência o peso de assumir, junto à mãe, o papel não somente do cuidado, mas também da proteção financeira da família, em uma fase da vida na qual ela precisava desses cuidados, além de dispor de recursos escassos para assumir tais responsabilidades.

Todo o percurso parece ter sido realizado com experiências de violências, como exemplos: a escola, a prostituição, a relação conjugal e o presídio. Nesse ponto, o mais plausível é que as parcas condições financeiras da família como um todo, somado ao sentimento de Sheila de se ver como principal provedora e cuidadora, levaram-na, em certa medida, a enfrentar situações recorrentes de violências que se apresentaram no decorrer de sua vida. O trabalho aparece aqui como uma importante fonte de renda, nutrindo a relação de dependência da família com ela, mas, por outro lado, apresentando-se como um importante espaço de construção e de fortalecimento de uma identidade própria. Em especial, no que diz respeito à passagem de Sheila pela ONG Igualdade RS, nota-se como um importante elemento que lhe propiciou não apenas a chance de estar em contato com os seus pares, conhecer suas vulnerabilidades, mas também de profissionalização, mesmo que informal, como ocorreu no caso dela. Foi na ONG que a entrevistada atuou no acolhimento e no acompanhamento de outras mulheres trans, obtendo experiências profissionais voltadas ao trabalho do cuidado.

Além das questões salutaras, Sheila trabalhou, mesmo que informalmente, dentro da Igualdade RS, onde se abrem portas para perceber a deficiência no mercado de trabalho trans, bem como na possível sugestão de políticas públicas que visem atender às necessidades dessa população ainda tão marginalizada.

Assim, se o objetivo é responder à atual pergunta de pesquisa: "como mulheres trans vivenciam o mercado de trabalho?", a partir do padrão de ação desenvolvido por Sheila ao longo de sua vida, verifica-se que suas experiências no mercado de trabalho estiveram marcadas pela informalidade e pelo desenvolvimento de habilidades voltadas ao trabalho em um contexto que seguiu permeado pela ausência ou pela precariedade de qualificação formal.

Por fim, temos que o mercado de trabalho, mesmo que de modo informal, teve uma importante função na vida de Sheila, bem como em toda a sua trajetória, uma vez que, com este, conseguiu assumir o papel de mantenedora/cuidadora de seus irmãos ainda muito cedo. No entanto, é crucial registrar que lhe faltaram melhores oportunidades de qualificação e trabalho formal, em função da inexistência ou mesmo da precariedade no tocante às políticas públicas de proteção ainda na infância, bem como na proteção de vítimas de violência de gênero, como foi o caso de Sheila. Especificamente, em termos de violência de gênero, percebemos que há uma grande quantidade de legislações protetivas à mulher cis, fruto de uma atividade intensa das pessoas que foram vítimas de violências. Todavia, quando falamos em mulheres trans, vemos ainda um hiato significativo.

Em linhas conclusivas, temos que a entrevistada dedicou tempo de sua trajetória à família em diversos momentos de sua história de vida, deixando de fazer parte da instituição escolar ainda muito cedo pela ausência de políticas públicas mais efetivas à época que visassem à proteção dos seres humanos conforme prevê a Carta Constitucional de 1988 e mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente – vigente desde 1990.

A falta de conhecimento dos pais, ou mesmo

a necessidade premente de maior auxílio dentro do contexto familiar, acabou por afastar Sheila do espaço que poderia ter lhe provido um melhor preparo para o trabalho formal e, por consequência, permitido-lhe ter melhores condições econômico-financeiras de sustentar tanto a si quanto aos seus familiares.

O fato de inexistirem políticas públicas protetivas relativas aos direitos de igualdade acabou também isolando Sheila de um contexto mais profissionalizante e levando-a a se fixar, primordialmente, em contextos informais de trabalho e geração de renda. Com esse afastamento do mercado de trabalho formal, suas chances de sucesso acabaram ficando cada vez mais reduzidas, tomando, assim, grande parte de sua trajetória voltada à prostituição.

No caso apresentado, ainda houve um grande apoio religioso, o qual deu à entrevistada um pouco mais de conforto, tanto psicológico quanto econômico, uma vez que, atualmente, ela consegue auferir boa parte de seu sustento desse meio. Porém, temos que considerar que, em muitos casos, as mulheres trans não conseguem sequer vislumbrar outro meio de vida que não o da prostituição, como já afirmou a Associação Nacional de Travestis (ANTRA) em subseqüentes relatórios (2018 a 2024).

Necessita-se, portanto, de políticas públicas que almejem proteger o público aqui abordado, visando dar-lhes maior segurança ainda na infância e na juventude para permanecerem nos bancos escolares, permitindo, dessa forma, coibir as violências que permeiam suas vidas, rodeadas de preconceitos. Além dessas políticas, é necessária a formulação de ações, permitindo que mulheres trans acessem cursos técnicos profissionalizantes voltados especificamente a elas.

6 Considerações finais

Feitas as diversas análises que se mostram necessárias ao caso apresentado, percebe-se a importância premente de políticas públicas que visem à proteção, em especial, de mulheres trans. Observa-se, com esse caso, as dificuldades enfrentadas pela entrevistada em razão da

necessidade de se fixar na instituição familiar, distanciando-se dos bancos escolares, ainda muito cedo, face às situações de violência específica, no caso o *bullying* e a discriminação, impedindo-a de ter, assim, melhores oportunidades de preparação para o trabalho formal.

A informalidade que permeou a maior parte da trajetória da entrevistada acabou lhe deixando desprotegida em termos de direitos e garantias individuais e sociais, além de ter lhe levado à sobrevivência por meio da prostituição, como ocorre com diversas mulheres trans, como a literatura comprovou.

De forma sucinta, o caso demonstra as dificuldades às quais mulheres trans estão sujeitas quando estão buscando um espaço no mercado de trabalho, em função não somente da violência, mas também da carência ou mesmo da inexistência de políticas públicas de educação e qualificação voltadas a essa população, que visem dar proteção social e à vida, ainda nos bancos escolares, estendendo-se, então, por outras fases e áreas da vida, como no mercado de trabalho. O fomento de ONGs e outras instituições especializadas no acompanhamento de mulheres trans é um meio importante de o Estado alcançar essa população e oferecer políticas de qualificação voltadas às suas necessidades.

Referências

Associação Nacional de Travestis. 2021. *Dossiê assassínios e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.

Butler, Judith. 2018. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, traduzido por Renato Aguar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Freitas, Maria Lucia C., e Julie Lourau. 2019. "Nome social e esperança de cidadania à luz das transgeneridades." In *Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica*. Salvador: UCSAL. <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/48465b0b-77f6-4971-a221-85dff77f1f14/content>

Hines, Sally, e Tam Sanger. 2010. *Transgender identities: toward a social analysis of gender diversity*. New York: Routledge.

Mello, Luiz, Rezende Bruno de Avela, e Daniela Maroja. 2012. "Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil." *Revista Sociedade e Estado* 27 (2): 289-312. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>

Nunes, Marion Kruse. 1998. *Memória dos Bairros: Bairro Bom Jesus*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Unidade Editorial Porto Alegre.

Pereira, Thaylize Goes Nunes. 2020. "O êxodo rural e as principais mudanças no rural-urbano." *Claro Educação*, 20 de março de 2020. www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/o-exodo-rural-e-as-principais-mudancas-no-rural-urbano/

Presidência da República. 1941. "Decreto-Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941." *Diário Oficial da União* seção 1 (outubro): 19699. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm

Presidência da República. 2015. "Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015." *Diário Oficial da União* seção 1 (213) (outubro): 1. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm

Rosenthal, Gabriele. 2014. *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*, traduzido por Tomas da Costa. Porto Alegre: ediPUCRS.

Rosenthal, Gabriele. 2017. *História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas*, traduzido por Tomas da Costa. Porto Alegre: ediPUCRS.

Santos, Hermílio. 2009. "Interpretations of everyday life: Approximations to the analysis of lifeworld." *Civitas: Revista de Ciências Sociais* 9 (1): 103-117. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2009.1.5572>

Schütz, Alfred, e Thomas Luckmann. 2023. *Estruturas do munda da vida*, traduzido por Tomas da Costa. Porto Alegre: ediPUCRS.

Schütze, Fritz. 1977. "Die Technik des narrativen Interviews in Interaktionsfeldstudien." In *Arbeitsberichte und Forschungsmaterialien*, 1. Bielefeld: Universität Bielefeld, Fakultät für Soziologie.

Schütze, Fritz. 1983. "Biographieforschung und narratives Interview." *Neue Praxis* 13 (3): 283-293. <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-53147>

Silva, Glauber Wender dos Santos, Emanuel Felipe Leite Souza, Romeika Carla Ferreira de Sena, Izabella Bezerra de Lima Moura, Maura Vanessa Silva Sobreira, e Francisco Arnoldo Nunes de Miranda. 2016. "Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro." *Revista Gaúcha de Enfermagem* 37 (2): 1-7. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.56407>

Tribunal de Contas da União. 2021. *Política pública em dez passos*. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo/Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção.

Jacson Caprini de Oliveira

Possui graduação em direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (2000). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, é pós-graduado em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (2008) com ênfase em Direito Penal e pós-graduado em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2011). Além disso, tem Mestrado em Ciências Criminais pela PUCRS, com ênfase em Criminologia (2013), sendo a linha de pesquisa: violência, crime e segurança pública, e atualmente está fazendo Doutorado em Ciências Sociais nessa mesma instituição.

Endereço para correspondência

JACSON CAPRINI DE OLIVEIRA

Rua Duque de Caxias, 232/201

Centro Histórico, 90010-280

Porto Alegre, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.